

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE COTIA.

Aos dezenove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas, na sede do Cotiaprev situada na Rua Topázio, 52, Jardim Nomura, Cotia/SP, reuniu-se o Conselho Fiscal, para reunião ordinária, conforme determina a Lei Municipal nº 1.448, de 11 de abril de 2008, com a presença dos membros: Andrea Kátia Cima de Souza, Rosana Aparecida da Silva Sá, Leandro Norberto Oliveira. O Presidente do Conselho participou de forma remota na Reunião. Foi convidada para participar e oferecer informações aos membros sobre os trabalhos do Controle Interno do Cotiaprev a Responsável pelo Setor, Sra. Elizabeth Satomi Kitajato, que compareceu trazendo os Relatórios dos meses de janeiro a junho de 2025. A Reunião satisfaz o calendário anual, correspondendo à 5ª Reunião Ordinária do Conselho em 2025, e teve como **pauta**: análise dos Relatórios do Controle Interno do exercício 2025. O Presidente aguardou a chegada de membros até às 14h15min e, constatada a presença de quórum, deu boas vindas e início à Reunião, momento em que adentrou à Sala o Sr. Ricardo de Abreu, Membro do Conselho indicado pelo Executivo local, participando integralmente das discussões. Andrea usou da palavra e fez alguns apontamentos sobre informações que constam do Relatório do Controle Interno sobre janeiro, especificamente sobre obrigações, questionando se o Relatório DAIR - Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos foi enviado no prazo, o que a Sra. Elizabeth confirmou, enfatizando que foi enviado e o Instituto está em dia com essa obrigação. Registrou-se a presença da Sra. Vanessa Cristina Rezende na Reunião, que se colocou à disposição para ajudar o Conselho no que fosse pertinente. Foi questionado pelo Sr. Leandro, e reforçado pela Sra. Andrea, a ausência de informações de Transparência, como dados de Contratos no site do Cotiaprev. Vanessa informou que as informações são processadas por setores e servidores distintos e que a Diretoria de Comunicação é responsável pela publicação. Informou que pediu à Elizabeth que, o que fosse da responsabilidade, seja atualizado no site. Elizabeth disse já estar providenciando o que for necessário quanto à publicação dos Relatórios do Controle Interno. Vanessa ainda informou que verificou a ausência, no site, das Atas de Reuniões do Comitê, por exemplo, e reforçou a importância de o Instituto promover a total transparência, até porque o próprio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE-SP se utiliza dessas informações para proceder a atos de sua fiscalização. Vanessa informou que, a respeito dos procedimentos relacionados a empréstimos consignados pelos beneficiários do Cotiaprev, que o TCE-SP emitiu extensa documentação geral orientativa, e que recomendou, em especial, ao Cotiaprev regulamentar os procedimentos de efetivação das operações, e que o Instituto o fez por meio de uma Instrução Normativa, expedida pela Diretoria Executiva, após aprovada pelo Conselho de Administração. Vanessa exemplificou que, atualmente, o interessado em fazer empréstimo consignado com entidade financeira credenciada, tem de vir ao Instituto para assinar um Termo de Desconto em Folha. Também informou que o TCE-SP, em fiscalização extraordinária nos RPPS's, solicitou que o Cotiaprev, em cento e oitenta dias, implante sistema de biometria para segurança das operações. Ressaltou sua

preocupação, pois informou que a não implantação poderá acarretar multa. Dr. Leonardo trouxe à discussão o andamento dos procedimentos necessários à realização do Concurso Público para preenchimento de cargos no Cotiaprev. Destacou que muitos dos problemas apontados seriam sanados, ou no mínimo, mitigados com o fortalecimento do quadro de pessoal por número maior de servidores, e que o atual quadro acaba ficando saturado. Vanessa afirmou que procurará informações sobre o andamento dos trabalhos para a realização do Concurso e que informará os Conselheiros. Andrea perguntou ao Conselheiro Ricardo, Membro indicado pelo Poder Executivo, sobre possibilidade de aumento na alíquota aplicada aos servidores. Ricardo informou que há estudos para aumento da alíquota patronal, visando ao equacionamento do déficit atuarial, e que será encaminhada proposta de adequações da atual legislação previdenciária municipal à Emenda Constitucional nº103/2019, como procedimentos relacionados à pensão e idade de aposentadoria, à Câmara Municipal. Informou também que a Prefeitura tem de cumprir, até final do ano, com um aporte de trinta milhões de reais. A alteração de alíquota a ser discutida será para diminuir o valor de aporte do Executivo que, conforme últimos exercícios, tem sido objeto de parcelamentos que já são em número de onze. Ricardo destacou que a intenção é regularizar a questão do déficit atuarial, com equacionamento, para a melhora da saúde financeira do Instituto. Lembrou que está prevista, conforme estudo atuarial, o aumento de alíquota patronal para 15% a partir de janeiro de 2026. Andrea destacou que no Portal do Instituto estão publicados alguns Contratos. Foi destacado que, por exemplo, relacionado ao atual exercício, não há publicação de nenhum Contrato no site e apenas dois de 2024. Solicitada a presença da servidora Rute da Silva Souza Amaral, encarregada dos processos de contratação, confirmou que nem todos estão publicados no site e que é uma empresa contratada quem alimenta os dados, mas que os documentos estão no PNCP, e que trataria de encaminhar para publicação, no Portal, a fim de promover toda a transparência. Agradeceram a presença e as valiosas informações prestadas pela Sra. Rute, que se retirou. Voltando a tratar do assunto em pauta, a análise dos Relatórios do Controle Interno do Instituto, Andrea questionou que uma das obrigações, que constam no documento do mês de abril, deixou de ser atendida por falta de pessoal. Elizabeth informou que o Instituto conta com apenas dois auxiliares e um único atendente, que têm que arcar, além das atribuições naturais dos cargos, com tarefas e responsabilidades de outras funções, como de Agente de Contratações e Controle Interno. Ricardo lembrou que, em últimas conversas, foi destacado que “represamento de aposentadorias” ocorre em razão da falta de pessoal para atender à demanda de serviço do Instituto. Vanessa corroborou, dizendo que o atual quadro não consegue realizar todos os serviços do Instituto e que a realização do Concurso carece, ainda, da descrição dos cargos a serem criados. Ricardo lembrou que o Instituto cresceu, tendo que administrar a vida previdenciária de mais de seis mil servidores, o que demonstra o déficit de servidores para atender as necessidades dos beneficiários do Cotiaprev. Vanessa enfatizou que, se algum servidor do quadro atual do Instituto adoecer, não há como promover a manutenção dos serviços sem comprometer o cumprimento de todas as obrigações. Foi decidido pelos Conselheiros presentes oficial, novamente, a Presidência do Instituto, alertando da necessidade da realização de nomeação de servidores, e que atualize o Conselho sobre as providências quanto à realização de concurso público. Reconduzido à

discussão o assunto relacionado aos consignados, Vanessa destacou que o Instituto deverá adotar procedimentos, como a convocação dos aposentados e pensionistas para assinatura de termo de autorização de desconto em pagamento, conforme exigência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Vanessa voltou a lembrar que o Instituto encontra dificuldade em operacionalizar a questão da biometria. Ricardo suscitou a possibilidade de o Cotiaprev se utilizar do sistema empregado na identificação de servidores da prefeitura pelo sistema biométrico, por meio de convênio, e que fará a pesquisa para verificar essa possibilidade. Leandro perguntou se os descontos ocorrem com empresas e instituições conveniadas. Vanessa informou que desconto consignado só ocorre mediante convênio com o Instituto. Leandro indagou se o documento emitido como “Instrução Normativa” seria o instrumento adequado para regulamentar os procedimentos de desconto consignado. Vanessa informou que esse instrumento foi utilizado de modo a atender recomendação do TCE-SP. Os Conselheiros agradeceram a presença e as valiosas informações prestadas pela Sra. Vanessa, que se retirou. Andrea trouxe à discussão a questão da Previdência Complementar. Informou que solicitou cópia do Contrato com o Banco do Brasil, gestora do fundo, e que, para sua surpresa, o Contrato estava assinado desde 2022, mas que a Câmara Municipal não foi notificada. Tratados o assunto da pauta e as inclusões de assuntos diversos de interesse do Conselho, foi questionado se algum Conselheiro teria algo a acrescentar à Reunião, e todos manifestaram satisfeitos os propósitos do encontro. O Presidente, Dr. Leonardo, deu por encerrada a Reunião, da qual foi lavrada a presente Ata assinada pelos Conselheiros participantes.

Leonardo Aquino Gomes

Presidente

Andrea Katia Cima de Souza

Membro

Rosana Aparecida da Silva Sá

Membro

Leandro Norberto Oliveira

Membro

Ricardo de Abreu

Membro